



REFORMA AGRÁRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Mainara da Costa^{*}
Rosana Alves Ribas Moragas^{**}
Francis Borges da Silva^{***}

RESUMO: Reforma agrária é considerada uma mudança do estado agrário vigente, procurando-se o melhoramento das condições de vida da população rural. O presente artigo propõe uma reflexão de como a temática Reforma Agrária está sendo abordada nos livros didáticos de Geografia, partindo do pressuposto de que a reforma agrária é a modificação da estrutura agrária de um país ou região, com vista a uma distribuição mais igualitária da terra para a população. A análise feita em alguns livros didáticos mostra que o tema precisa ser mais discutido e mesmo melhor explorado em relação ao papel da Geografia, dando uma ênfase mais crítica e mais extensa em relação à temática proposta. Verifica-se que os temas são abordados em todos os livros pesquisados, porém de forma muito conceitual e sintetizada, não provocando nos alunos o interesse em discutir o assunto. Outros aspectos pouco abordados são os processos de estruturação dos assentamentos, que é um aspecto posterior e que dá continuidade ao processo de reforma agrária, e a importância da criação e manutenção de propriedades de agricultura familiar.

Palavras-Chave: Reforma Agrária, livro didático, concentração fundiária, capitalismo, geografia agrária.

ABSTRACT: Agrarian reform is considered as a change in the current agrarian situation and it aims at the improvement of the conditions of life of the rural population. In this article, we propose a reflection on the way in which agrarian reform has been dealt with in the Geography textbooks, based on the assumption that agrarian reform is the change of the agrarian structure of a country or region, to redistribute the agricultural lands in a more equal way. The analysis done in textbooks shows that this theme needs to be more discussed and better explored concerning the role of Geography, and it is necessary to highlight it in a more critic and extensive manner. These themes are addressed in all textbooks we have researched, but in a very conceptual and synthesized form, and, due to that, the students are not interested in discuss the issue. Other aspects insufficiently addressed are the process of structuring the settlements, which is a later aspect and gives continuity to the agrarian reform process, and the importance of the creation and maintenance of properties of family agriculture.

Key-words: Agrarian Reform, textbook, land concentration, capitalism, agrarian geography.

* Licenciada em Geografia. Bacharelanda em Geografia do CAJ/UFG mainaracosta@yahoo.com.br

** Docente do CAJ/UFG. rosanarmoragas@yahoo.com.br

*** Docente do Curso de Geografia do CAJ/UFG. francisdatyaia@yahoo.com.br

Introdução

Reforma vem das palavras “re e formare”, ou seja, mudar uma estrutura anterior, e neste caso Reforma agrária é mudar a estrutura agrária de um dado espaço. Estamos vivenciando um momento em que a propriedade da terra está nas mãos da minoria que detém o capital, e que as questões agrárias não estão tendo a devida importância nos livros didáticos.

O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão de como a temática Reforma Agrária está sendo abordada nos livros didáticos de Geografia. De um livro didático espera-se que ele seja isento de erros conceituais, atualizado, isento de preconceito, isento de estereótipo e o detalhamento e a profundidade das explicações dos seus conteúdos dependem da série para a qual ele, o livro, será utilizado.

A primeira análise feita advém do conceito de Reforma Agrária o qual é próprio de cada autor. Em comum é preciso que seja conceituado como uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola, e que o mesmo não deve ser visto de maneira menos importante principalmente pelo fato de ser no meio rural onde se tem a subsistência do mundo.

Processo de origem da Reforma Agrária

Vários são os problemas enfrentados pelo mundo. Problemas urbanos, rurais, sociais, econômicos, e dentre esses, temos o desemprego, o êxodo rural, a destruição das culturas de subsistência, o aumento da monocultura latifundiária, estes e mais outros causados pela má distribuição de terras. No intuito de tentativas para solucionar tais problemas, surge o tema em questão neste artigo: a Reforma Agrária.

Os problemas evidenciados não são recentes, advém desde a colonização dos países, principalmente aqueles que foram “colônias de exploração”, onde os povos aqui existentes anteriormente foram obrigados a sair de suas propriedades, e dessas terras eram retirados todas as riquezas que subsidiaram os lucros para manter os países exploradores. Sendo assim, esses países já passaram por problemas no campo há muitas décadas; na verdade ele não surge pós década de 80, como dizem alguns estudiosos, mas sim, se intensifica nesse período.

Com a crescente evolução da agricultura após a década de 80 no Brasil, tem-se uma crescente disputa pela terra, onde a mesma passa a ser símbolo de poder, só quem a detém pode produzir e conseqüentemente ser parte do sistema. O Capitalismo, sistema econômico

que visa a constante geração de capital é o responsável por esta supervalorização da terra, e conseqüentemente pela má distribuição da mesma.

Muitos incentivos principalmente governamentais surgem de forma fácil e rápida, mas para possuí-los é necessário que se tenha a terra, porém a maior parte da população não a possui, como afirma Santos, “... não é a terra que importa, é o sistema de ter a terra. Desta forma, surge a disputa constante pela mesma, como já estavam nas mãos de uma elite, os que não a possuíam ficaram fora do processo, ou seja, ficaram “excluídos” do sistema vigente”. (SANTOS, 1998).

Martins (1980) discorre sobre as formas que o capital se apropria da terra:

[...] esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura. O monopólio de classe sobre a terra assegura ao capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra. É a chamada renda fundiária ou renda da terra. A renda não existe apenas quando a terra é alugada; ela existe também quando a terra é vendida. Alugar ou vender significa cobrar uma renda para que a terra seja utilizada (MARTINS, 1980).

É neste contexto que surgem os problemas e conflitos agrários, os quais já remontam várias décadas. Mesmo sendo uma questão antiga, manteve-se em certos momentos de forma apagada. Um desses momentos foi o período do “Milagre Brasileiro”, quando a repressão política não deixava que se comentasse sobre este assunto, segundo ela a questão agrária já havia sido solucionada com o aumento da produção. E conforme Graziano:

Reforma agrária é a modificação da estrutura agrária de um país, região, com vista a uma distribuição mais eqüitativa da terra e da renda agrícola; sendo assim dizer que a questão agrária foi resolvida somente com o aumento da produção, é entrar em contradição. (GRAZIANO, 1993).

O Brasil não só foi como ainda é um dos países que possui uma das maiores concentrações fundiárias do mundo, e este deveria ser um dos temas mais relevantes nos livros didáticos de Geografia, que na maioria das vezes é aplicado de forma complementar aos conteúdos sobre o meio rural, não dando a devida ênfase que a temática requer.

Os livros didáticos procuram pontuar estes conteúdos que geram debates, os quais poderiam ser úteis na formação de alunos mais críticos, aptos a indagações e discussões que poderiam colaborar para o despertar crítico dos diversos problemas enfrentados no campo brasileiro.

Como a Reforma Agrária é abordada nos livros didáticos

Vários são os conceitos para a ciência Geográfica, um deles pode ser dito como, uma ciência que estuda o espaço juntamente com os seres que o habitam, sendo assim o tema Reforma Agrária é de considerada importância para o ensino de geografia nas escolas, pois o rural não ocupa o mesmo espaço do urbano, mas ambos se inter-relacionam. Sabemos que não há, por exemplo, como explicar industrialização para os educandos sem explicar agricultura, pois a matéria prima para a indústria advém na maior parte das vezes da agricultura, do extrativismo, da pecuária, ou seja, de uma forma ou de outra do meio rural.

Embasados neste contexto, para se entender como se dá o processo de Reforma Agrária, é de suma importância que o livro didático mostre como ele ocorre, e que cada região possui diferentes índices de concentração de terras. Observamos o exemplo do livro didático “Ciência e Espaço” de Pereira (1993) onde o autor comenta a questão no México, mostrando que se lá a reforma agrária teve índices satisfatórios, porém isso não significa que será da mesma forma em outros países.

Segundo Rua (1993), o que ocorre numa região não ocorre com a mesma intensidade em outra. Assim, se no Sul do Brasil diminuiu o número de pequenos produtores (proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros), no Nordeste o número de parceiros e posseiros aumentou muito. Dessa maneira Pereira, diz:

A Reforma Agrária não vinda através das ações do estado, ocorre às invasões, contudo é preciso mostrar ao aluno que não adianta se apropriar simplesmente de uma pequena porção de terra. É necessário que esse proprietário tenha crédito bancários, incentivo do estado, ou mesmo crédito particular para que ele não seja obrigado a vender sua propriedade, por não ter condições financeiras e operacionais. (PEREIRA, 1993).

Existem duas expressões em relação à questão agrária, “Reforma Agrária” ou “Revolução Agrária”, e isso é outro fator fundamental citado por Santos (1993) da diferenciação, pois quando não há uma Reforma, ocorre a Revolução, que é um movimento da população em busca da tão sonhada Reforma Agrária.

O modo de produção capitalista é o maior responsável pela atual questão agrária do país, pois este modelo prevê a produção em massa de capital, o qual é adquirido por uma produção rápida, e intensa, quando os trabalhadores são obrigados a produzirem de forma acelerada para que se concentre mais capital. Sendo assim, não se pensa na coletividade, mas sim no particular, no individual. Por exemplo, se meu vizinho não possui terra, não posso ceder parte da terra que eu possuo para ele, pois meu lucro será diminuído.

De forma muito evidente afasta-se a urgência da Reforma Agrária, ela é vista como algo menos importante, dando-se mais importância a outras questões que em algumas vezes se iniciam no próprio campo.

É muito importante mostrar valores para os alunos, na maioria das vezes quando se apresenta resultados, o conteúdo se torna mais atrativo. No caso da Reforma Agrária no Brasil, Rúa (1993) mostra que mais da metade dos estabelecimentos rurais têm menos de 10 hectares e ocupam apenas 2,7% da área agrícola, e que por outro lado menos de 1% ocupam 43,8% da área agrícola, evidenciando que as grandes porções de terras estão sob o poder da minoria populacional, e o restante das pequenas porções está nas mãos da maioria.

Portando, tendo-se os dados é de extrema importância a utilização dos mesmos na exposição dos conteúdos, pois com os resultados de diferentes pesquisas haverá uma maior facilidade de compreensão por parte dos alunos.

Outro fator não evidenciado nos livros didáticos trabalhados neste artigo é a questão da fome, consequência direta da desapropriação de terras. O pequeno produtor diante da tecnificação da agricultura é desapropriado da terra de onde retirava a base da sua alimentação. Torna-se um ser “inútil” no campo, então migra para a cidade a procura de emprego, mas não tendo qualificação para trabalhar nas indústrias ali existentes, passa a faltar aquele alimento, antes produzido no campo, e se torna mais um miserável nas periferias das cidades. Conforme, BOMBARDI (2003):

“... é um dos senão o maior motivo, da origem da fome do país é a apropriação que foi feita no território. Produzem-se milhões de hectares e milhões de pessoas passam fome, evidenciando uma desigualdade fundiária muito expressiva, muitos têm pouco, e poucos têm muito, como escreve Josué de Castro em seu livro Geografia da Fome. (BOMBARDI, 2003)”.

Muitas das vezes quando ocorre apropriação de terra por parte de algum grupo de “Sem Terra”, tem-se certo receio, por acreditarmos que logo o lote adquirido será vendido. Isso ocorre, mas na maioria das vezes é por não possuir condições favoráveis ao cultivo da terra. Acredita-se que as dificuldades dos assentamentos provêm da pouca capitalização que

cerca sua atividade na terra: não há suficiente acesso às tecnologias, aos insumos e às máquinas que permitem aumentar a produtividade, e com ela os rendimentos do trabalho.

Considerações Finais

Para que a Reforma Agrária se concretize realmente como foi visto, não depende só da vontade populacional, e sim de políticas públicas efetivas para solucionar os problemas, mas também não é pura e simplesmente estabelecendo leis que se garante a forma de resolvê-los, pois sabemos que existem vários países que já possuem leis referentes à questão agrária e as mesmas não são cumpridas.

É necessário que a população reivindique seus direitos, e não se acomode diante de promessas como a do governo atual que previa “Uma Nova Realidade Fundiária para o Brasil”, implantando um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, capaz de diminuir as imensas desigualdades sociais e econômicas que retratam uma nação com alto padrão de concentração de renda, da propriedade, do conhecimento, e de tantos outros pontos

Mesmo sendo um assunto de interesse aparentemente da classe “sem terra”, não deve ser deixado de ser comentado, estudado nos livros didáticos; pelo contrário esses materiais didáticos precisam intensificar os conteúdos sobre a questão agrária dando ênfase à questão no nosso país, pois os problemas sociais, econômicos, evidenciados no urbano, geralmente têm suas causas originadas no meio rural, devido principalmente a ausência de uma reforma agrária efetiva que possibilite a permanência dos pequenos proprietários rurais produzindo no campo.

Referências Bibliográficas

BOMBARDI, L. M. *Geografia Agrária e responsabilidade social da ciência*. São Paulo: Terra Livre, 2003.

DIAS, M. S. *As vicissitudes dos pequenos produtores rurais e Jataí-GO*. 2008. 83f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Campus Jataí, Universidade Federal de Goiás, Jataí.

GRAZIANO, J. da S. *O que é questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MAGALHÃES, C...[et al.]. *Passaporte para Geografia*. São Paulo: Editora do Brasil, 2005.

MARTINS, J. S. *Expropriação e Violência: A questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

PEREIRA, D. A. C. *Geografia ciência do espaço: o espaço mundial*. São Paulo: atual, 1993.

RUA, J. *Para Ensinar Geografia*. Rio de Janeiro: Editora Access, 1993.

SANTOS, D. *Ciência do espaço: o espaço brasileiro*. São Paulo: Atual, 1998.